A Responsabilidade Social e Seus Demonstrativos Na Área Pública: o Pioneirismo da Prefeitura Municipal de São José (sc)

Verônica de Miglio Moura
Patrícia Vieira Wagner

Resumo:

Diante da exigência de transparência na divulgação das ações das organizações em geral e a ênfase que tem sido direcionada ao setor social, fator atual de sobrevivência, surge a necessidade da divulgação das atitudes que visam o bem-estar social da comunidade e do meio ambiente. Mesmo não havendo a exigência legal da publicação destas demonstrações algumas empresas e mais recentemente os órgãos públicos já vem publicando o balanço social e a demonstração do valor adicionado. O presente artigo tem o objetivo geral de apresentar o Balanço Social e a Demonstração da Geração e Distribuição de Riqueza publicados pela Prefeitura Municipal de São José (SC), referentes ao exercício financeiro de 2001, elaborados com base no modelo proposto pelo Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina, o qual também já está sendo adotado por outras prefeituras municipais do estado, sendo esta organização a pioneira.

Área temática: *Controladoria da Gestão Ambiental e da Responsabilidade Social*

**A RESPONSABILIDADE SOCIAL E SEUS DEMONSTRATIVOS
NA ÁREA PÚBLICA: O PIONEIRISMO DA PREFEITURA
MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ (SC)**

Verônica de Miglio Moura

Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC.

Mestre em Administração pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC.

Professora do Centro de Educação Superior - UNICA

Rua José Dutra, n.º 254, bloco 5, apto. 302 - Trindade

Florianópolis/SC

e-mail: vmiglio@uol.com.br

Patrícia Vieira Wagner

Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC.

Mestre em Administração pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC.

Professora da Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI

Rua José Porto dos Santos, n.º 214 – Ponte do Imaruim

Palhoça/SC

e-mail: pvwagner@cse.ufsc.br

Área Temática: Controladoria da Gestão Ambiental e da Responsabilidade Social

**A RESPONSABILIDADE SOCIAL E SEUS DEMONSTRATIVOS
NA ÁREA PÚBLICA: O PIONEIRISMO DA PREFEITURA
MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ (SC)**

Resumo:

Diante da exigência de transparência na divulgação das ações das organizações em geral e a ênfase que tem sido direcionada ao setor social, fator atual de sobrevivência, surge a necessidade da divulgação das atitudes que visam o bem-estar social da comunidade e do meio ambiente. Mesmo não havendo a exigência legal da publicação destas demonstrações algumas empresas e mais recentemente os órgãos públicos já vem publicando o balanço social e a demonstração do valor adicionado. O presente artigo tem o objetivo geral de apresentar o Balanço Social e a Demonstração da Geração e Distribuição de Riqueza publicados pela Prefeitura Municipal de São José (SC), referentes ao exercício financeiro de 2001, elaborados com base no modelo proposto pelo Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina, o qual também já está sendo adotado por outras prefeituras municipais do estado, sendo esta organização a pioneira.

Palavras-chave: responsabilidade social, balanço social, demonstração do valor adicionado

Área Temática: Controladoria da Gestão Ambiental e da Responsabilidade Social

A RESPONSABILIDADE SOCIAL E SEUS DEMONSTRATIVOS NA ÁREA PÚBLICA: O PIONEIRISMO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ (SC)

1. Introdução:

Atualmente exige-se das instituições em geral, privadas ou públicas, que haja transparência das suas atitudes tanto no que diz respeito as suas ações econômicas e produtivas, quanto às relacionadas ao bem-estar social e ambiental da comunidade.

A contabilidade enquanto relatora da situação econômico-financeira cabe a responsabilidade da divulgação da informação aos diversos usuários neste âmbito. Contudo, não deve se limitar a este aspecto, uma vez que seus princípios estão relacionados a essência do que ocorre com o patrimônio, objetivando, entre outros, a continuidade da entidade.

Para que haja a continuidade da organização faz-se necessário que haja a agregação de valor as atividades por ela desenvolvidas, sendo, portanto, seu objetivo atender as necessidades de seus usuários, por meio da agregação de valor aos produtos e serviços oferecidos.

A Contabilidade exerce eficaz e eficientemente seu papel de divulgadora das informações econômico-financeiras tanto quantitativa, quanto qualitativamente. No entanto, este tipo de informação não é mais suficiente, uma vez que não atende a necessidade informacional dos trabalhadores, que são parte fundamental do processo produtivo.

Diante da necessidade de informações relacionadas aos trabalhadores e a sociedade em geral, bem como ao meio ambiente, surgem o Balanço Social e a Demonstração do Valor Adicionado, como ferramenta para divulgar as ações sociais e o valor adicionado das instituições em geral.

O Balanço Social é a ferramenta que permite elencar as informações econômicas e sociais, relacionando desta forma o desempenho econômico e financeiro de uma organização como os benefícios que a mesma gerou para a sociedade, como política de proteção ao meio-ambiente, atividades voltadas ao crescimento e bem-estar social de seus funcionários e geração de empregos e riqueza para a comunidade em que está inserida. A divulgação de tais informações é elemento fundamental no relacionamento entre a empresa e a comunidade.

A Demonstração do Valor Adicionado apresenta a distribuição do valor agregado ao seu produto ou serviço, pelos funcionários (mão-de-obra), financiadores, Governo (impostos) e acionistas. Tais informações também se apresentam como fundamentais no conhecimento das ações institucionais.

É importante lembrar que, no que tange a administração pública, é essencial a divulgação das ações governamentais para o bem-estar social, por ser este o cerne de sua existência. Meirelles apud Kohama (1996, p.17) explica que “não se justifica a existência do Estado senão como entidade prestadora de serviços e utilidades aos indivíduos que o compõem”. Dessa forma, divulgar suas ações sociais é imprescindível ao poder público.

Não obstante a função do Estado existe, ainda, a recente Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal, a qual tem por fim a responsabilidade na gestão fiscal, que em seu art. 27 da Lei preconiza a existência de transparência da gestão fiscal.

Diante do exposto, o presente artigo apresenta conceitos pertinentes a responsabilidade social e aos aspectos legais do balanço social, bem como a estrutura, conteúdo e elaboração do balanço social e da demonstração da geração e distribuição da

riqueza da Prefeitura Municipal de São José (SC), a fim de conhecer a proposta de modelo de balanço social para as prefeituras, do Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina.

Neste sentido a questão problema do presente artigo consiste em verificar como a área pública está evidenciando o tratamento dado aos aspectos humanos e sociais relacionados a responsabilidade social, voltados ao crescimento e bem-estar social de seus funcionários e geração de empregos e riqueza para a comunidade em que está inserida.

2. Responsabilidade Social

A Responsabilidade Social é uma das funções implícitas em qualquer tipo de instituição, seja ela, pública ou privada, pois, toda e qualquer instituição deve se preocupar com o meio ambiente, com seus colaboradores, com a qualidade dos produtos e serviços prestados, com as condições de trabalho, enfim, com sua relação com o meio em que está inserida.

Trata-se de uma questão de sobrevivência e competitividade. Os consumidores estão cada dia mais exigentes e com uma conscientização social muito mais sólida, pois, sabem que o futuro depende de muitas atitudes do presente. As pessoas estão cada dia mais se preocupando com a poluição, a camada de ozônio, o desmatamento, o lixo tóxico, a erosão do solo, a satisfação de seus colaboradores, a relação com a sociedade, a interferência que a instituição tem sobre o meio.

Por tornarem-se cada vez mais exigentes estão cobrando das empresas - através dos produtos e meio de produção, do governo - através da educação, saúde, prevenção e serviços e, das pessoas - através da conscientização, atitudes que contribuam para um futuro com melhores condições de vida ambiental e social. Glautier e Underdown (1994, p.07) citam como resultante disto “a exigência da responsabilidade social da contabilidade, a qual, origina-se da crescente consciência social de atividades econômicas de produtos indesejáveis e, neste sentido, a atenção dada aos problemas ambientais nos últimos anos”.

Aragão (2000) afirma que a Responsabilidade Social influencia o processo decisório a partir do momento que determina que além do interesse econômico devem ser contempladas ações que protejam e ressaltem os interesses da sociedade. Como consequência dessa influência tem-se a ampliação do foco da empresa privada, que até então visava o lucro não se preocupando muito com a sua participação na sociedade. O foco não mudou, como consequências dessa nova preocupação com o social surgem oportunidades de mercado, aceitação de produtos, conquistas de novos clientes, ou seja, aumenta o grau de competitividade.

Drucker (1998, p.360) explica que uma instituição não tem somente responsabilidade econômica, mesmo sendo esta sua primeira responsabilidade. Afirma que toda empresa deve assumir plena responsabilidade pelo impacto sobre os empregados, sobre o meio ambiente, cliente, tudo e todos que se relaciona.

As instituições públicas não fogem a regra, pois, além de obterem um equilíbrio econômico de despesas e receitas elas têm a função de fornecer serviço público a sociedade, o qual é definido por Kohama (1996, p.17) como sendo “o conjunto de atividades e bens que são exercidos ou colocados à disposição da coletividade, visando abranger e proporcionar o maior grau possível de bem-estar social”. Essa conceituação vai ao encontro da definição de Responsabilidade Social, no que tange a proteção dos interesses da sociedade.

Logo, a Responsabilidade Social para o Estado está diretamente ligada ao seu objetivo que é o de assegurar o bem estar coletivo, enquanto para as empresas da iniciativa privada, está ligada ao grau de competitividade e continuidade.

3. Aspectos legais do Balanço Social

No Brasil o marco para a divulgação e regulamentação do Balanço Social foi a campanha lançada pelo sociólogo, Herbert de Souza, o Betinho, em 16 de junho de 1997. Segundo De Luca (1998, p.25), foi a atitude do Betinho, em 1997, que promoveu o debate divulgando amplamente a idéia do Balanço Social, entre associações de empresas e empresários, como: ABRASCA (Associação Brasileira das Empresas de Capital Aberto), PNBE (Pensamento Nacional das Bases Empresariais), além da CVM (Comissão dos Valores Mobiliários) órgão regulamentador das companhias abertas.

Nesta data Betinho era presidente do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) sendo a principal entidade no Brasil a incentivar a publicação do Balanço Social, haja vista que este demonstrativo corrobora com a missão do instituto, que é de atuar estrategicamente no desenvolvimento de uma sociedade plenamente democrática, sem miséria, pobreza, desigualdade, negação dos direitos humanos ou quaisquer outras formas de exclusão social. O Balanço Social seria o demonstrativo do que as instituições estão fazendo para minimizar esses problemas sociais.

Através do IBASE foi lançado o Projeto de Lei 3.116/97 que contava com o apoio das deputadas federais do Partido dos Trabalhadores Marta Suplicy, Maria da Conceição Tavares e Sandra Starling, projeto este que defende a obrigatoriedade do Balanço Social.

Este projeto foi arquivado em 1º de fevereiro de 1998 e substituído pelo Projeto de lei nº 032/99, que propõe em seu artigo 1º a obrigatoriedade de elaboração anual do Balanço Social para as empresas privadas que tiverem cem empregados ou mais no ano anterior a sua elaboração e para as empresas públicas, sociedades de economia mista, empresas permissionais e concessionárias de serviços públicos em todos os níveis da administração pública independente do número de empregados.

Como este projeto de lei ainda está tramitando no Congresso Nacional, atualmente não há no Brasil a obrigatoriedade da publicação do Balanço Social e sim um estímulo por parte do IBASE através da concessão do Selo IBASE para o Balanço Social, concedido às empresas que divulgarem o Balanço Social no modelo proposto pelo Instituto, o qual será demonstrado posteriormente.

Semelhante ao modelo proposto pelo IBASE tem-se o modelo da CVM, o qual caracteriza-se por ser uma proposta, uma vez que não foi publicado em Diário Oficial da União, não sendo, portanto, obrigatório.

Nos Estados Unidos foi criado, em 1997, a Social Accountability 8000 (SA8000) pelo *Council on Economic Priorities Accreditation Agency* (CEPAA), sendo uma norma internacional que certifica as empresas que se submeterem a uma auditoria independente para verificarem a respeitabilidade dos padrões de responsabilidade social imposto por esta certificação, a qual, baseia-se nos princípios das Normas Internacionais de Direitos Humanos.

A seguir serão discutidos a estrutura, conteúdo e elaboração do Balanço Social, com seus elementos e o modelo proposto pelo IBASE.

4. Balanço Social

Sendo, atualmente, a responsabilidade social uma condição de sobrevivência das instituições, faz-se necessário que as atividades praticadas sejam de alguma forma mensuradas e divulgadas publicamente. Um instrumento já utilizado para tal é o Balanço Social, o qual “teve sua origem nos protestos gerados nos Estados Unidos contra a guerra do Vietnã, na década de 60” (SCHROEDER, 2001, p.67). A partir de então, o assunto passou a ser discutido nos meios acadêmico e empresarial.

De acordo com o histórico apresentado pelo IBASE (2001), no Brasil, a

idéia de balanço social começou a ser discutida na década de 70, mas somente nos anos 80 surgiram os primeiros balanços sociais de empresas. Já na década de 90 corporações de diferentes setores passaram a publicar balanço social anualmente.

Para Kroetz (1998, p.49), “o balanço social deve demonstrar, claramente, quais as políticas praticadas e quais os seus reflexos no patrimônio, objetivando evidenciar a participação delas no processo de evolução social”, ou seja, deve mensurar os investimentos realizados com o intuito de agregar valor a ações sociais.

Enquanto Froes e Melo Neto (1999) definem o balanço social como um instrumento de avaliação das ações da empresa no campo da cidadania empresarial, isto é, apresentam uma definição mais voltada para a divulgação da imagem da corporação no meio em que a mesma está inserida, a fim de garantir sua sobrevivência no meio empresarial.

O conceito de balanço social apresentado pelo IBASE (2001) é de que “é um demonstrativo publicado anualmente pela empresa reunindo um conjunto de informações sobre os projetos, benefícios e ações sociais dirigidas aos empregados, investidores, analistas de mercado, acionistas e à comunidade”.

Diante do exposto, verifica-se que o balanço social é um instrumento de informação usado para divulgar e evidenciar os investimentos realizados pelas instituições no âmbito social, incluindo, então, a busca do bem-estar dos colaboradores e a integração com a comunidade e investidores, apresentado-se como um instrumento benéfico tanto para a sociedade como para a própria instituição.

Não existe um modelo padronizado de Balanço social em função da sua não obrigatoriedade no Brasil, contudo existem diversos modelos propostos, além de alguns princípios que devem ser seguidos, segundo Kroetz (2000, p.108), quando da sua organização, como:

- a) relevância, clareza e precisão da informação;
- b) fidelidade da informação;
- c) continuidade da coleta, registro e demonstração dos dados;
- d) uniformidade e consistência da informação; e
- e) a informação deve ser certificada por uma entidade independente da organização e dos destinatários da informação.

Tais princípios podem ser analogicamente comparados as características da informação contábil preconizadas pelo Conselho Federal de Contabilidade, por meio da NBC-T 1 (2000, p.99-100), a saber:

- a) confiabilidade - refere-se a veracidade, completeza e pertinência do conteúdo da informação;
- b) tempestividade - diz respeito ao fato da informação chegar ao conhecimento do usuário em tempo hábil a ser utilizada para seus fins;
- c) compreensibilidade - consiste na clareza e objetividade com que a informação contábil é divulgada; e
- d) comparabilidade - deve possibilitar ao usuário o conhecimento da evolução de determinada informação ao longo do tempo, dentro de uma entidade, ou entre entidades.

É importante ressaltar, portanto, que para elaboração do balanço social é preciso que a informação divulgada seja relevante, clara e concisa, de forma a expressar tempestiva e fielmente os fatos, os quais devem ser registrados continuamente, a fim de possibilitar a comparação entre períodos diferentes, bem como ser certificada por órgão independente.

A seguir é apresentado o modelo de balanço social proposto pelo IBASE:

Tabela 1: Modelo de Balanço Social proposto pelo IBASE

1) Base de Cálculo	2001			2000		
	Valor (Mil Reais)			Valor (Mil Reais)		
Receita Líquida (RL)						
Resultado Operacional (RO)						
Folha de Pagamento Bruta (FPB)						
2) Indicadores Sociais Internos	Valor (Mil R\$)	%Sobre FPB	%Sobre RL	Valor (Mil R\$)	%Sobre FPB	%Sobre RL
Alimentação						
Encargos sociais compulsórios						
Previdência privada						
Saúde						
Segurança e medicina no trabalho						
Educação						
Cultura						
Capacitação e desenvolvimento profissional						
Creches ou auxílio-creche						
Participação nos lucros ou resultados						
Outros						
Total - Indicadores Sociais Internos						
3) Indicadores Sociais Externos	Valor (Mil R\$)	%Sobre RO	%Sobre RL	Valor (Mil R\$)	%Sobre RO	%Sobre RL
Educação						
Cultura						
Saúde e saneamento						
Habitação						
Esporte						
Lazer e diversão						
Creches						
Alimentação						
Outros						
Total das Contribuições para a Sociedade						
Tributos (excluídos encargos sociais)						
Total – Indicadores Sociais Externos						
4) Indicadores Ambientais						
Relacionados com a operação da empresa						
Em Programas e/ou projetos externos						
Total dos Investimentos em Meio Ambiente						
5) Indicadores do Corpo Funcional						
Nº de empregados ao final do período						
Nº de admissões durante o período						
Nº de empregados terceirizados						
Nº de empregados acima de 45 anos						
Nº de mulheres que trabalham na empresa						
% de cargos de chefia ocupados por mulheres						
Nº de negros que trabalham na empresa						
% de cargos de chefia ocupados por negros						
Nº de empregados portadores de deficiência						
6) Informações Relevantes quanto ao Exercício da Cidadania Empresarial						
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa						
Número total de acidentes de trabalho						
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos:	() pela direção	() direção e gerências	() todos os empregados	() pela direção	() direção e gerências	() todos os empregados
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos:	() pela direção	() direção e gerências	() todos os empregados	() pela direção	() direção e gerências	() todos os empregados
A previdência privada contempla:	() direção	() direção e gerências	() todos os empregados	() direção	() direção e gerências	() todos os empregados
A participação nos lucros ou resultados contempla:	() direção	() direção e gerências	() todos os empregados	() direção	() direção e gerências	() todos os empregados
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados	() são sugeridos	() são exigidos	() não são considerados	() são sugeridos	() são exigidos
Quanto à participação dos empregados em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve	() apóia	() organiza e incentiva	() não se envolve	() apóia	() organiza e incentiva
7) Outras Informações						

Fonte: IBASE. Modelo. Disponível em: <http://www.ibase.org.br>. Acesso em 24 de julho de 2001.

Existem, ainda, outros modelos propostos por órgãos normativos no Brasil e no exterior, bem como pelas empresas que, por iniciativa própria, delinearão modelos de balanço social para sua utilização, contudo não serão aqui abordados, por não ser este o objetivo do presente artigo.

Explicita Tinoco (1984, p.48-50), que são três as fontes de informação para elaboração do balanço social: o departamento pessoal, o departamento de contabilidade e o departamento de informática. O departamento de pessoal será envolvido por estar totalmente a par de toda a trajetória dos funcionários da empresa, bem como dos aspectos relacionados a treinamento e aperfeiçoamento.

O departamento de contabilidade envolver-se-á por ser o responsável pelo registro dos atos e fatos administrativos mensuráveis financeiramente. Portanto, será fonte de informações para elaboração do balanço social, especialmente no que diz respeito ao cálculo do valor adicionado.

Já o departamento de informática será um auxiliar na elaboração do balanço social no que tange ao tratamento dos dados relacionados aos empregados, como estatísticas referentes ao sexo, a idade, a nacionalidade, ao grau de instrução e outros indicadores específicos.

Tinoco (1984, p.70-89) comenta, ainda, que os indicadores que constarão no balanço social são de ordem tanto quantitativa, como qualitativa, bem como poderão ser indicadores econômicos e sociais. A seguir são elencados os indicadores propostos pelo autor:

a) *Emprego:*

Valor total de empregados no fim de cada exercício, bem como a discriminação segundo sexo, categoria profissional, grau de instrução, sexo e grau de instrução, idade, tempo de trabalho na empresa, estado civil, raça, nacionalidade, tipo de contrato de trabalho e distribuição espacial.

b) *Salários e outros benefícios:*

Elaboração de tabelas com detalhamento dos colaboradores por instrução, sexo, sexo e grau de instrução e categoria profissional, de acordo com as classes salariais.

c) *Formação profissional:*

Tabelas apresentando o tipo de formação adotada, tempo destinado a formação, número de pessoas envolvidas, modalidades de formação e despesas de formação.

d) *Condições de higiene e segurança no trabalho:*

Contempla acidentes de trabalho, doenças profissionais e despesas com segurança.

e) *Outras condições de trabalho:*

Refere-se às condições de trabalho propriamente ditas, condições de existência do assalariado e de sua família, bem como dos lugares de trabalho, ação sindical, representação de pessoal e condições financeiras dos trabalhadores.

Já o Projeto de Lei 032/99, em seu artigo 3º, sugere que o balanço social contemple informações sobre seguintes itens:

a) *Empresa:* faturamento bruto, lucro operacional, folha de pagamento bruta, detalhando o total das remunerações, bem como o valor total pago a empresas prestadoras de serviço;

- b) *Empregados*: número de empregados existentes no início e no fim do ano, discriminando o tempo de existência da empresa, admissões e demissões durante o ano, escolaridade, sexo, cor e qualificação dos empregados, número de empregados por faixa etária, número de dependentes menores, número mensal de empregados temporários, valor total da participação dos empregados no lucro da empresa, total da remuneração paga a qualquer título às mulheres na empresa, percentual de mulheres em cargo de chefia em relação ao total de cargos de chefia d empresa, número total de horas-extras trabalhadas e valor total das horas-extras pagas;
- c) *Valor total dos encargos sociais pagos, especificando cada item*;
- d) *Valor dos tributos pagos, especificando cada item*;
- e) *Alimentação do trabalhador*: gastos com restaurante, tickets-refeição, lanches, cestas básicas e outros, relacionando os valores dos respectivos benefícios fiscais eventualmente existentes;
- f) *Educação*: gastos com treinamento profissional, programas de estágio, reembolso de educação, bolsas escolares, assinaturas de revistas, gastos com biblioteca e outros, relacionando os valores dos respectivos benefícios fiscais eventualmente existentes;
- g) *Saúde dos empregados*: gastos com planos de saúde, assistência médica, programas de medicina preventiva, programas de qualidade de vida e outros, relacionando os valores dos respectivos benefícios fiscais eventualmente existentes;
- h) *Segurança no trabalho*: gastos com segurança no trabalho, especificando os equipamentos de proteção individual e coletiva na empresa;
- i) *Outros benefícios*: seguros (parcela paga pela empresa), empréstimos aos empregados, atividades recreativas, transporte, creches e outros benefícios oferecidos aos empregados, relacionando os valores dos respectivos benefícios fiscais eventualmente existentes;
- j) *Previdência privada*: planos especiais de aposentadoria, fundações previdenciárias, complementações e benefícios aos aposentados, relacionando os valores dos respectivos benefícios fiscais eventualmente existentes;
- k) *Investimentos na comunidade*: investimentos na comunidade na área de cultura, esportes, habitação, saúde pública, saneamento, assistência social, segurança, urbanização, defesa civil, educação, obras públicas, campanhas públicas e outros, relacionando os valores dos respectivos benefícios fiscais eventualmente existentes;
- l) *Investimentos em meio ambiente*: reflorestamento, despoluição, gastos com introdução de métodos não-poluentes e outros, relacionando os valores dos respectivos benefícios fiscais eventualmente existentes;

Já a Comissão de Valores Mobiliários – CVM, sugere que o balanço social, no Brasil, deve evidenciar:

- a) *base de cálculo*: faturamento bruto, lucro operacional e folha de pagamento;
- b) *indicadores laborais*: alimentação, encargos sociais compulsórios, previdência privada, saúde, educação, participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados e outros benefícios;
- c) *indicadores sociais*: impostos (exceto os encargos sociais), contribuições para a sociedade e investimento na cidadania, bem como investimentos em meio ambiente;
- d) *indicadores do corpo funcional*: número de empregados ao final do período e número de admissões durante o período.

Portanto, faz-se necessário que, durante a elaboração do balanço social, sejam pesquisados e analisados todos os aspectos citados, uma vez que as indicações propostas levam a uma certa harmonização sobre o que deve ser evidenciado no balanço social, em especial no que diz respeito aos empregados e suas condições de trabalho, bem como a comunidade e o meio ambiente.

5. Demonstração do Valor Adicionado - DVA

A demonstração do valor adicionado corresponde a uma complementação do balanço social que evidencia o aspecto econômico. Nela são apresentados quem e o quanto contribuiu para a geração da riqueza na instituição.

Segundo De Luca (1998, p.31) deve demonstrar o quanto cabe aos empregados, que contribuíram através da sua mão-de-obra, o quanto cabe aos financiadores pelo capital empregado, o quanto cabe ao governo na forma de impostos e o quanto cabe aos acionistas em forma de lucros e dividendos. Complementa citando que o valor adicionado pode ser definido “como sendo a diferença entre o valor da produção e os consumos intermediários (compras de outras empresas) num determinado período”.

O valor adicionado, segundo Riahi-Belkaoui (1992, p.1), refere-se “ao aumento da riqueza, gerado pelo uso dos recursos da empresa na produção, antes da distribuição aos acionistas, credores, trabalhadores e governo. Assim, enquanto o lucro é o retorno final ganho pelos acionistas, o valor adicionado refere-se ao retorno total ganho pelos trabalhadores, fornecedores e pelo governo.”

Para Ribeiro e Lisboa (1999), o valor adicionado é constituído pela “receita de venda deduzido dos custos dos recursos adquiridos de terceiros como: matéria-prima, mercadorias para revenda, serviços de terceiros, energia elétrica, enfim todos os insumos adquiridos de terceiros e consumidos durante o processo operacional”.

Neste sentido, a demonstração do valor adicionado evidencia o valor adicionado correspondente a riqueza que a empresa gerou sobre os seus insumos, e trata de como foi distribuída esta riqueza, bem como funciona como elemento de motivação entre os setores e funcionários da empresa permitindo, ainda, o acompanhamento da evolução da empresa ao longo do tempo.

Assim como o balanço social, a demonstração do valor adicionado não é regulamentada por lei, portanto não existe uma estrutura rigidamente definida. Na tabela 2 a seguir é apresentado um modelo de DVA:

Tabela 2: Modelo de Demonstração do Valor Adicionado

Apuração do Valor Adicionado	
Vendas	
(-) Materiais e serviços adquiridos de terceiros	
(=) Valor Adicionado da atividade produtora	
(+) Riqueza transferida de terceiros	
Receita Financeira	
Receita da Equivalência Patrimonial	
(=) Valor Adicionado total dos negócios	
Distribuição do Valor Adicionado:	
Empregados	
Mão-de-obra	
Financiadores	
Juros	
Governo	
Impostos	
Acionistas	
Dividendos	
Lucros Retidos	
Total	

Adaptado de: DE LUCA, Márcia M. M. **Demonstração do valor adicionado:** do cálculo da riqueza criada pela empresa ao valor do PIB. São Paulo: Atlas, 1998, p.33.

A demonstração do valor adicionado surge para atender a necessidade dos usuários em identificar qual o valor que está sendo agregado aos insumos que a empresa adquire e a distribuição deste valor.

A diferença entre a demonstração do resultado do exercício e a demonstração do valor adicionado consiste em a primeira identificar apenas a riqueza gerada pela empresa na forma de lucro líquido, enquanto que a segunda identifica a riqueza total gerada pela empresa e como a mesma é distribuída entre os diversos setores da empresa. Diante do exposto, a demonstração do valor adicionado apresenta-se como uma adaptação da demonstração de resultado, uma vez que, de forma geral, o valor adicionado é calculado pela diferença entre as vendas brutas e os insumos adquiridos de outras empresas e o custo das mercadorias vendidas.

6. O Balanço Social no Âmbito Municipal

No âmbito municipal, o Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina (CRC-SC), está propondo um modelo de balanço social e demonstração do valor adicionado para as prefeituras municipais do estado de Santa Catarina e, de acordo com o CRC-SC, “o modelo de balanço social, desenvolvido pelo CRCSC, já está sendo adotado por outras instituições. No dia 9 de maio, a Prefeitura de São José lançou o seu Balanço Social, o primeiro elaborado por uma prefeitura no Brasil”. Na tabela 3 é apresentado o Balanço Social referente ao exercício financeiro de 2001, da Prefeitura Municipal de São José - SC.

BALANÇO SOCIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ - 2000/2001 (cont.)									
2.	Indicadores de Recursos Humanos (cont.)	TOTAL R\$ - PESSOAL				TOTAL R\$ - PESSOAL			
2.8.	Gastos com Pessoal	30.391.907				25.513.895			
2.8.1.	Remunerações								
2.8.1.1	Salários, Gratificações	24.720.424				21.335.281			
2.8.1.2.	Encargos Sociais Compulsórios (FGTS, INSS)	2.668.811				2.111.954			
2.8.1.3.	13º Salário	1.270.000				1.009.160			
2.8.1.4.	Férias	292.080				163.808			
2.8.1.5.	Indenizações	1.440.591				893.692			
2.9.	Outras Vantagens Sociais								
2.9.1.	Gastos com Transportes	801.153				610.503			
3.	Indicadores de Atividades Operacionais	valores	% Rec. Orç.	% Superávit	% Saldo Patr.	valores	% Rec. Orç.	% Superávit	% Saldo Patr.
3.1.	Legislativa	3.221.984	3,68%	350,70%	6,53%	3.832.680	4,99%	1268,85%	10,11%
3.2.	Administração e Planejamento	11.990.939	13,69%	1305,15%	24,32%	9.948.902	12,94%	3293,69%	26,23%
3.3.	Saúde e Saneamento	533.871	0,61%	58,11%	1,08%	330.866	0,43%	109,54%	0,87%
3.4.	Educação e Cultura	500.359	0,57%	54,46%	1,01%	403.886	0,53%	133,71%	1,06%
3.5.	Indústria, Comércio e Serviços	130.883	0,15%	14,25%	0,27%	106.332	0,14%	35,20%	0,28%
3.6.	Trabalho	554.047	0,63%	60,30%	1,12%	511.428	0,67%	169,31%	1,35%
3.7.	Outros	27399	0,03%	2,98%	0,06%	10.558.666	13,74%	3495,56%	27,84%
Total dos Indicadores de Atividades Operacionais		16.959.482	19,36%	1845,95%	34,40%	25.692.759	33,42%	8505,87%	67,75%
4.	Indicadores e Benefícios Sociais	valores	% Rec. Orç.	% Superávit	% Saldo Patr.	valores	% Rec. Orç.	% Superávit	% Saldo Patr.
4.1.	Gastos com a Comunidade	70.619.900	80,64%	7686,59%	143,23%	51.175.574	66,58%	16942,24%	134,94%
4.1.1.	Educação e Cultura	26.373.750	30,11%	2870,64%	53,49%	19.762.385	25,71%	6542,56%	52,11%
4.1.1.1.	Educação da Criança de 0 a 6 anos (creche)	3.850.908	4,40%	419,15%	7,81%	3.273.399	4,26%	1083,70%	8,63%
4.1.1.2.	Ensino Fundamental	19.656.310	22,44%	2139,48%	39,87%	14.315.137	18,62%	4739,19%	37,75%
4.1.1.3.	Ensino Médio	229.089	0,26%	24,94%	0,46%	208.972	0,27%	69,18%	0,55%
4.1.1.4.	Ensino Supletivo	556.596	0,64%	60,58%	1,13%	445.147	0,58%	147,37%	1,17%
4.1.1.5.	Educação Física e dEsporto	738.612	0,84%	80,39%	1,50%	685.267	0,89%	226,87%	1,81%
4.1.1.6.	Assistência e Educandos	14.809	0,02%	1,61%	0,03%	146.375	0,19%	48,46%	0,39%
4.1.1.7.	Cultura	304.824	0,35%	33,18%	0,62%	397.820	0,52%	131,70%	1,05%
4.1.1.8.	Educação especial	0	0,00%	0,00%	0,00%	1.513	0,00%	0,50%	0,00%
4.1.1.9.	Alimentação Escolar	1.022.601	1,17%	111,30%	2,07%	288.755	0,38%	95,60%	0,76%
4.1.2.	Saúde e Saneamento	8.902.338	10,16%	968,97%	18,06%	5.863.851	7,63%	1941,29%	15,46%
4.1.2.1.	Saúde	8.902.338	10,16%	968,97%	18,06%	5.836.851	7,59%	1932,35%	15,39%
4.1.3.	Assistência e Previdência	4.952.700	5,66%	539,07%	10,04%	3.629.946	4,72%	1201,73%	9,57%
4.1.3.1.	Assistência	2.117.184	2,42%	230,44%	4,29%	1.347.244	1,75%	446,02%	3,55%
4.1.3.2.	Previdência	2.835.515	3,24%	308,63%	5,75%	2.282.703	2,97%	755,71%	6,02%
4.1.4.	Transporte	18.292.067	20,89%	1990,99%	37,10%	13.986.582	18,20%	4630,41%	36,88%
4.1.4.1.	Transporte Rodoviário	524.325	0,60%	57,07%	1,06%	484.297	0,63%	160,33%	1,28%
4.1.4.2.	Transporte Urbano	17.763.242	20,28%	1933,43%	36,03%	13.502.285	17,57%	4470,08%	35,60%
4.1.4.3.	Transporte Aéreo	4.500	0,01%	0,49%	0,01%	0	0,00%	0,00%	0,00%
4.1.5.	Habitação e Urbanismo	9.414.139	10,75%	1024,68%	19,09%	5.969.212	7,77%	1976,17%	15,74%
4.1.5.1.	Habitação	1.508.526	1,72%	164,19%	3,06%	239.981	0,31%	79,45%	0,63%
4.1.5.2.	Urbanismo	1.074.566	1,23%	116,96%	2,18%	741.584	0,96%	245,51%	1,96%
4.1.5.3.	Serviços de Utilidade Pública	6.831.047	7,80%	743,52%	13,85%	4.987.647	6,49%	1651,22%	13,15%
4.1.6.	Indústria e Comércio	459.270	0,52%	49,99%	0,93%	105.900	0,14%	35,06%	0,28%
4.1.7.	Desenvolvimento Regional	164.432	0,19%	17,90%	0,33%	130.387	0,17%	43,17%	0,34%
4.1.7.1.	Desenvolvimento de Micro-regiões	164.432	0,19%	17,90%	0,33%	130.387	0,17%	43,17%	0,34%
4.1.8.	Segurança Pública	220.427	0,25%	23,99%	0,45%	246.664	0,32%	81,66%	0,65%
4.1.9.	Proteção ao Meio Ambiente	1.736.962	1,98%	189,06%	3,52%	1.433.477	1,86%	474,57%	3,78%
4.1.10	Agricultura	103.815	0,12%	11,30%	0,21%	47.168	0,06%	15,62%	0,12%
Total dos Indicadores e Benefícios Sociais		70.619.900	80,64%	7686,59%	143,23%	51.175.574	66,58%	16942,24%	134,94%

Conforme citado anteriormente, não existe, no Brasil, padronização sobre o conteúdo do Balanço Social, somente proposições sobre os elementos que devem ser contemplados. Neste sentido, cada instituição utiliza indicadores que melhor expressam a realidade da mesma.

Analisando o Balanço Social da Prefeitura Municipal de São José verifica-se que, além das adaptações necessárias no que diz respeito a nomenclatura do setor público, são apresentados indicadores que concernem a este modelo de gestão.

Fazendo um comparativo ao modelo proposto pelo IBASE, bem como as proposições da CVM e do Projeto de Lei nº 032/99, observa-se que, quanto a base de cálculo, são apresentadas a Receita Orçamentária, o Superávit do Exercício e o Saldo Patrimonial dos exercícios financeiros de 2001 e 2000. Enquanto que na iniciativa privada são apresentadas a Receita Líquida, o Resultado Operacional e a Folha de Pagamento Bruta.

Ressalta-se que no balanço analisado, proposto para gestão pública, faz-se necessária a comparação com a Recita Orçamentária em função de ser esta a previsão de fundos que prefeitura dispõe para realizar seus projetos.

Quanto aos indicadores de recursos humanos apresentados, constata-se que são dados referentes a sexo, faixa etária, admissões, aposentadorias, afastamentos e demissões, além dos serviços terceirizados contratados, bem como escolaridade e formação. O que está de acordo com os indicadores relacionados aos empregados na proposta do Projeto de Lei nº 032/99 e com os indicadores do corpo funcional no modelo do IBASE, bem como aos indicadores do corpo funcional citados pela CVM.

No que se refere aos gastos com pessoal (e outras vantagens sociais) que constam do balanço, analogamente corresponde aos indicadores sociais internos propostos pelo modelo IBASE, bem como aos indicadores laborais sugeridos pela CVM.

È importante ressaltar que, na administração pública, todos os gastos relacionados com a alimentação, formação profissional, auxílio-creche, transporte, plano de saúde e outros do gênero, correspondem a Despesas com Pessoal, em respeito ao que dispõe a Lei 4.320, de 14 de março de 1964, a qual estipula normas gerais da administração pública, bem como este tipo de despesa deve seguir a orientação dada pela Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, a qual estipula, em seus artigos nº 19 e 20, o limite percentual de gastos com pessoal.

No que se refere aos indicadores de atividades operacionais e aos indicadores de benefícios sociais demonstrados no balanço analisado, observa-se que juntos correspondem aos indicadores sociais externos e aos indicadores ambientais do modelo IBASE, aos indicadores sociais sugeridos pela CVM, bem como aos investimentos na comunidade e em meio ambiente referendados no Projeto de Lei nº 032/99.

Na tabela 4 a seguir encontra-se a Demonstração da Geração e Distribuição de Riqueza da Prefeitura Municipal de São José, referente ao exercício financeiro de 2001.

Tabela 4: Demonstração do Valor Adicionado de 2001 da Prefeitura Municipal de São José (SC)

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ					
DEMONSTRAÇÃO DA GERAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE RIQUEZA					
CÁLCULO DO VALOR ADICIONADO		2001	AV 2001	2000	AV 2000
1	Receitas Orçamentárias	87.579.381		76.868.333	
1.2	Receita Própria	24.620.543	28,11%	30.546.968	34,88%
1.3	Transferências	56.233.649	64,21%	42.552.579	48,59%
1.3.1	Constitucionais	52.966.464	60,48%	39.559.495	45,17%
1.3.2	De Convênios	3.267.184	3,73%	2.993.084	3,42%
1.4	Receitas de Capital	5.724.491	6,54%	3.240.587	3,70%
2	Insumos Adquiridos de Terceiros	15.667.026	17,89%	11.203.436	12,79%
2.2	Serviços de Terceiros e Encargos	15.667.026		11.203.436	
3	Valor da Riqueza Bruta [1-2]	71.912.355		65.664.897	
4	Valor da Riqueza Recebida Em Transferência	1.000.698		528.199	
4.1	Receitas Financeiras	1.000.698	1,14%	528.199	0,60%
5	Valor da Riqueza Líquida [3+4]	72.913.054	83,25%	66.193.095	75,58%
6	Distribuição da Riqueza				
6.1	Pessoal e Encargos	30.391.907	34,70%	25.513.895	29,13%
6.2	Função de Governo				
6.2.1	Legislativo	270.705	0,31%	137.860	0,16%
6.2.2	Administração e Planejamento	1.967.080	2,25%	5.301.063	6,05%
6.2.3	Saúde e Saneamento	4.544.414	5,19%	7.161.855	8,18%
6.2.4	Educação e Cultura	10.390.281	11,86%	8.949.458	10,22%
6.2.5	Indústria, Comércio e Serviços	165.775	0,19%	82.041	0,09%
6.2.6	Habitação e Urbanismo	3.723.394	4,25%	1.698.309	1,94%
6.2.7	Agricultura	66.577	0,08%	26.614	0,03%
6.2.8	Segurança Pública	75.703	0,09%	153.132	0,17%
6.2.9	Desenvolvimento Regional	164.432	0,19%	130.387	0,15%
6.2.10	Trabalho	554.047	0,63%	511.428	0,58%
6.2.11	Assistência e Previdência	2.926.960	3,34%	3.658.785	4,18%
6.2.12	Transporte	13.525.926	15,44%	10.506.097	12,00%
6.3	Dívida Interna	3.227.109	3,68%	2.060.111	2,35%
6.4	Superávit do Exercício	918.742	1,05%	302.059	0,34%
Total do Valor Adicionado Distribuído		72.913.054	83,25%	66.193.095	75,58%

Na análise da Demonstração da Geração e Distribuição de Riqueza, percebe-se que é adotada a mesma especificação para a receita que foi adotado no Balanço Social.

Para o cálculo do valor adicionado deduziu-se da Receita Orçamentária o valor dos serviços de terceiros contratados e adicionam-se as receitas recebidas em transferência, encontrando-se, assim, o Valor da Riqueza Líquida (valor adicionado).

A distribuição da riqueza difere do modelo apresentado anteriormente, por tratar das especificidades da gestão pública. Neste sentido a distribuição da riqueza é feita de acordo com a classificação funcional da despesa pública e não levando em consideração financiadores, governo ou acionistas, como na iniciativa privada, que neste na gestão pública perdem o sentido.

7. Considerações Finais

Este artigo teve como objetivo geral apresentar o Balanço Social e a Demonstração da Geração e Distribuição de Riqueza publicados pela Prefeitura Municipal de São José (SC), referentes ao exercício financeiro de 2001, por ter sido esta, segundo dados do Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina, uma prefeitura municipal pioneira neste campo.

Como objetivos específicos pretendeu-se conhecer o modelo de balanço social e demonstração do valor adicionado proposto por esse mesmo Conselho, o qual outras prefeituras municipais já começam a adotar, bem como apresentar os elementos que devem constar nestas demonstrações de acordo como propostas de órgãos respeitados na área, uma vez que sua elaboração e publicação ainda não é uma exigência legal.

Contudo, é importante lembrar que, apesar de não ser uma exigência legal, já se trata de uma condição para sobrevivência, uma vez que cada vez mais a sociedade está atenta às ações sociais tomadas pelas instituições em geral, tanto de iniciativa privada como pública.

Na iniciativa privada cabe lembrar que não ocorreu uma mudança de objetivo das organizações, estas continuam tendo como fim o lucro, mas para garantir sua sobrevivência e continuidade, diante de um ambiente extremamente competitivo e globalizado, faz-se necessária a divulgação de suas ações sociais.

No que diz respeito a área pública, ressalta-se que a obediência a Lei Complementar n.º 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, leva a necessidade de maior transparência na divulgação das ações do governo em todas as esferas. Em especial, quanto a esfera municipal, verifica-se que referida Lei é um fator limitante tanto sob o aspecto de contratação de pessoal, mas também sob o aspecto do investimento a ser realizado, por exemplo, na formação de pessoal e saúde do empregado, visto que em respeito a Lei n.º 4.320/64, todos os gastos deste gênero são registrados como Despesa de Pessoal, que tem seu valor limitado pelo percentuais prescritos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Vale ressaltar, ainda, o quão essencial é a divulgação das ações do governo, visto que sua função é assegurar o bem-estar coletivo, por meio de investimentos no meio ambiente, educação, cultura, segurança e saúde pública, bem como o bem-estar e desenvolvimento interno, de seus funcionários, visto que estes é que irão, em conjunto com a administração pública, trabalhar a fim de propiciar o bem-estar social e econômico da comunidade.

8. Referências

ARAGÃO, Sueli Duarte. **A responsabilidade social das empresas consideradas nas decisões de concessão de crédito por bancos de desenvolvimento no estado de Santa Catarina**, 2000. Dissertação (Mestrado em Administração) – Curso de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Santa Catarina.

BRASIL. Lei Complementar n.º 101 de 04 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. **Congresso Nacional**. Brasília, 2000.

BRASIL. Projeto de Lei n.º 032 de 03 de fevereiro de 1999. Cria o balanço social para as empresas e dá outras providências. **Câmara dos Deputados**. Brasília, 1999.

BRASIL. Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964. estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da união, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal. **Manuais de Legislação Atlas**, 21.ed, São Paulo, v.19, 1997.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE SANTA CATARINA. Prefeitura de São José lança balanço social. **Informativo do Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina**, Florianópolis, ano XI, n.º 3, p.8-9, mai/jul 2002.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL. **Princípios fundamentais de contabilidade e normas brasileiras de contabilidade**. Porto Alegre: CRC-RS, 2000.

CVM. **Proposta de Instrução Normativa SN/97**. Dispõe sobre a elaboração do balanço social. 1997.

DE LUCA, Márcia M. M. **Demonstração do valor adicionado**: do cálculo da riqueza criada pela empresa ao valor do PIB. São Paulo: Atlas, 1998.

DRUCKER, Peter F. **A prática de administração de empresas**. São Paulo: Pioneira, 1981. 2ª tiragem, 1998.

FROES, César; MELO NETO, Francisco Paulo de;. **Responsabilidade social & cidadania empresarial**: a administração do terceiro setor. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1999.

GLAUTIER, M. W.; UNDERDOWN, B. **Accounting theory and practice**. 5.ed. Londres: Pitman Publishing, 1994.

IBASE. **Balanço social**: transformando a frieza dos números em responsabilidade social. Disponível em: <http://www.ibase.org.br>. Acesso em 24 de julho de 2001.

KOHAMA, Heilio. **Contabilidade pública**: teoria e prática. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1996.

KROETZ, César E. S. Balanço social: uma demonstração da responsabilidade social, ecológica e gestorial das entidades. **Revista Brasileira de Contabilidade**, Brasília, ano XXVII, n.113, p.42-51., set/out 1998.

_____. **Balanço social**: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2000.

RIABI-BELKAOU, Ahmed. **Value added reporting**: lessons for the United States. New York: Quorum Books, 1992.

RIBEIRO, Maisa de Souza; LISBOA, Lázaro Plácido. Balanço Social. **Revista Brasileira de Contabilidade**, Brasília, ano XXVIII, n.115, p. 72-81, jan/fev 1999.

SCHROEDER, Jocimari Três. **Responsabilidade social corporativa**: um estudo de caso na ARTEPLAS – artefato de plásticos Ltda. Florianópolis, 2001. Dissertação (Mestrado em Administração) – Curso de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Santa Catarina.

9. Links Consultados

<http://www.cepaa.org>

<http://www.gset.org>

<http://www.cvm.gov.br>

<http://www.senado.gov.br>

<http://www.fides.org.br>

<http://www.balancosocial.org.br>

<http://www.ethos.org.br>